Memórias para o Futuro:

Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas

IPHAN

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Leandro Antonio Grass Peixoto

Diretoria do Iphan
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Cejane Pacini Leal Muniz
Daniel Borges Sombra
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Departamento de Articulação, Fomento e Educação
Cejane Pacini Leal Muniz

Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio
Luciana Jobim Navarro

Serviço de Produção Editorial
rnld Nogueira

Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social
Giorge Patrick Bessoni

Coordenação de Educação Patrimonial e Formação
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Memórias para o Futuro:
Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas

Iphan, Brasília, 2025

Pesquisa
Ariane Cristina Paes da Paixão
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida
Kleber de Souza Mateus

Redação e edição
Ariane Cristina Paes da Paixão
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida
Kleber de Souza Mateus

Revisão Textual
Shari Carneiro de Almeida

Organização
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida
Kleber de Souza Mateus

Apoio técnico
Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social
Giorge Patrick Bessoni e Silva
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida
Kleber de Souza Mateus
Paulo Moura Peters
Danilo Gustavo Silveira Asp
Shari Carneiro de Almeida
Cintia Lima Cordeiro
Maria da Gloria Bomfim Yung
Ariane Cristina Paes da Paixão

Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação
Ricardo Medeiros Coelho de Souza
Sofia Salustiano Botelho

Superintendência do Iphan no estado do Pará
Cristina Vasconcelos Nunes
Paulo Henrique de Sousa Guimarães
Augusto Moutinho Miranda
André Luis dos Santos Andrade

Pesquisa iconográfica
Ariane Cristina Paes da Paixão
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida
Kleber de Souza Mateus
Danilo Gustavo Silveira Asp
Antonio Marcos Demeneghi da Silva
Tahak Cadete Meneguzzo

Direção de arte
Antonio Marcos Demeneghi da Silva

Projeto gráfico e diagramação
Tahak Cadete Meneguzzo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br
cogedu@iphan.gov.br

Esta publicação deriva de produto técnico elaborado por Ariane Cristina Paes da Paixão sob supervisão de Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida, no âmbito das atividades acadêmicas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

P149m

Paixão, Ariane Cristina Paes da.
Memórias para o futuro : patrimônio cultural, educação patrimonial e mudanças climáticas / Ariane Cristina Paes da Paixão, Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida e Kleber de Souza Mateus. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2025.
65 p.

Modo de acesso: https://www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-495-0

1. Patrimônio cultural. 2. Educação patrimonial. 3. Mudanças climáticas. I. Almeida, Márcia Cristina Pacito Fonseca. II. Mateus, Kleber de Souza. III. Título.

CDD 363.69

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

SUMÁRIO

Apresentação 10

Introdução 12

***PARTE I** - As Mudanças Climáticas* 17

***PARTE II** - O Patrimônio Cultural* 20

24 Quem cuida do Patrimônio Cultural?

25 O que é e o que faz o Iphan?

***PARTE III** - Como as mudanças climáticas afetam o Patrimônio Cultural* 28

***PARTE IV** - Preservar e Agir: o Patrimônio Cultural contra a crise climática* 32

33 As ações do Iphan diante das mudanças climáticas

34 Conservação e fiscalização

34 Registro e salvaguarda

35 Licenciamento ambiental e aspectos culturais

36 Diálogos sobre patrimônio e ações climáticas

37 Outras possibilidades

38 Resistência e Adaptação: a importância dos saberes populares e tradicionais

40 Saberes e tradições são Patrimônios Culturais

PARTE V - *O Patrimônio, a Crise e o Mundo: a COP 30 e outros diálogos* 42

43 O que é a COP?

43 Por que em Belém

45 Um pouco sobre a cidade

47 Outros eventos e debates internacionaiss

49 O Patrimônio Cultural na COP

49 A importância das relações entre as nações

NOSSA PARTE - *Educação Patrimonial: um guia para a longa jornada* 50

52 Educação Patrimonial no Iphan: fontes e referências

53 Protagonismo Social: a base da educação patrimonial

54 Educação Patrimonial e Educação Ambiental

54 Vamos pensar juntos

55 Vamos fazer juntos

Considerações Finais 56

Sugestões de Leitura 58

Referências Bibliográficas 60

APRESENTAÇÃO

Natureza, cultura e educação: quais são os desafios e as potencialidades que entrelaçam esses campos? De que maneiras as práticas tradicionais e os saberes ancestrais podem atuar como passaportes para o nosso futuro? Quais caminhos trilhar na busca pela justiça social e climática?

Embora não sejam perguntas fáceis de responder, essas indagações abrem caminhos para reflexões e ações direcionadas aos papéis que o Patrimônio Cultural - pensado a partir de uma ampla rede de comunidades, territórios, memórias e identidades - pode desempenhar hoje e ao longo dos próximos anos diante das catástrofes humanas e ambientais.

Derivada de produto técnico desenvolvido no âmbito das atividades de supervisão do mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ***Memórias para o Futuro: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas*** busca preencher algumas lacunas sobre as correlações estabelecidas entre o Patrimônio Cultural e as mudanças climáticas. Para tanto, a interlocução com diferentes áreas técnicas do Instituto revelou-se essencial para a estruturação deste material que almeja contribuir, ainda que de maneira inicial, com o avanço das discussões sobre o tema.

Transitando por informações sobre Patrimônio Cultural e mudanças climáticas, a presente publicação visa não apenas apresentar um cenário de como o Iphan tem desenvolvido ações e projetos voltados para mitigação das diferentes manifestações da crise climática, mas também convoca o leitor a reconhecer o lugar de protagonismo das comunidades e dos povos tradicionais na preservação, salvaguarda e gestão do Patrimônio Cultural.

Vale realçar que, na publicação, essas reflexões são acompanhadas por um conjunto de recursos e estratégias do campo da Educação Patrimonial, como os Inventários Participativos, ferramenta de livre apropriação que se fundamenta na ideia de que os grupos sociais possuem autonomia para identificar e inventariar suas referências e patrimônios culturais, de maneira plural e dialógica.

Com isso, esperamos que ***Memórias para o Futuro: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas*** possa ser um ponto de partida para inspirar novas práticas e ações dentro das confluências estabelecidas entre natureza, cultura e educação.

Boa leitura!

Cejane Pacini Leal Muniz
Diretora do Departamento de
Articulação, Fomento e Educação

INTRODUÇÃO

Memórias para o Futuro: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas se propõe a apresentar uma visão introdutória acerca das múltiplas interfaces entre o Patrimônio Cultural e as mudanças climáticas sob as lentes da Educação Patrimonial, seus principais conceitos, referências e ferramentas de aplicação.

Longe da pretensão de esgotar as complexidades que atravessam o tema, esta publicação merece ser compreendida como um primeiro esforço na tentativa de apresentar um panorama das discussões mais recentes sobre os principais desafios diante das mudanças climáticas, bem como de apresentar um conjunto de ações em curso, empreendidas no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na busca pela preservação e salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais brasileiros.

Motivada não só pela realização da COP 30, em Belém do Pará, mas também pela crescente percepção de que o debate sobre as mudanças climáticas se impõe como agenda inadiável para o século XXI, a publicação objetiva atuar como um material de orientação flexível destinado a um público amplo e diverso. Composta por seis partes, ***Memórias para o Futuro: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas*** pretende contribuir para a ampliação da visibilidade sobre o assunto por meio da aproximação dos leitores às estratégias e possibilidades advindas das práticas e experiências em Educação Patrimonial.

Dessa maneira, leigos, especialistas, pesquisadores, estudantes, gestores, lideranças comunitárias e detentores do Patrimônio Cultural poderão consultar o conteúdo não apenas para acessar uma síntese de dados e informações específicas sobre o tema, com indicações bibliográficas sobre o assunto, como também para mobilizarem seu conteúdo para a construção de iniciativas que promovam a sensibilização e o engajamento de comunidades em projetos que articulem o enfrentamento à crise climática a partir do Patrimônio Cultural, lançando mão de recursos, estratégias e ferramentas da Educação Patrimonial, como os Inventários Participativos, por exemplo.

Considerando o caráter transversal, transdisciplinar e intersetorial do campo da Educação Patrimonial, acreditamos que os debates que confiram centralidade às relações de afetividade com o território, a participação social e o reconhecimento dos processos formativos como mecanismos transformadores da sociedade possuem potencial para contribuírem para a reivindicação por direitos e acesso à cidadania, especialmente de grupos rurais e urbanos minorizados.

Entre as linhas de força abordadas nas páginas de ***Memórias para o Futuro: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas***, a **capacidade de adaptação** pode ser considerado um dos temas-chave que permeiam o texto.

Ao longo de todo o violento processo de ocupação dos territórios americanos, adaptação, resiliência e proposição de soluções e técnicas criativas foram desenvolvidas por diferentes grupos sociais frente aos usos predatórios do meio ambiente. Assim, diante dos profundos impactos sociais e ambientais causados pelas práticas de exploração do território - através da monocultura, do latifúndio e da extração compulsória de recursos naturais, e por meio do uso de mão-de-obra escravizada indígena, africana e afro-americana - a aplicação dos conhecimentos e saberes tradicionais das populações locais se apresentaram fundamentais não apenas para garantir a sobrevivência das populações locais, como também para preservar identidades, práticas culturais e para garantir a manutenção da agrobiodiversidade nos territórios.

A leitura desta publicação trata-se, portanto, de um convite à sua apropriação criativa, abrindo espaços para que o público faça diversas adaptações de suas ideias, referências e conceitos, a partir das demandas e necessidades específicas dos territórios e de suas populações.

O estímulo à participação social, por meio da promoção de intercâmbios de saberes a partir de concepções pluriepistêmicas do conhecimento, configura-se como pilar para a garantia de práticas democráticas na preservação, na salvaguarda e na gestão do Patrimônio Cultural.

Sendo assim, compreender o Patrimônio Cultural não como mero reflexo das atividades humanas, mas como um poderoso ativo para o enfrentamento das mudanças climáticas a partir da mobilização social e dos protagonismos das comunidades detentoras de saberes tradicionais revela-se como um dos principais e mais urgentes desafios contemporâneos.



PARTE I AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU): "As mudanças climáticas são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima". Outras expressões já foram usadas para falar do problema, mas o termo "mudanças climáticas" é o mais divulgado atualmente.

Expressões como "aquecimento global" e "efeito estufa", que já foram muito utilizadas por cientistas e pela mídia, remetem especificamente aos aumentos progressivos da temperatura média da Terra, mas as consequências das mudanças climáticas vão para muito além disso.

Por isso, militantes, ativistas e pesquisadores também fazem uso de outras expressões, como "crise climática" ou "emergência climática". A ideia de "emergência climática" está associada à necessidade de se agir rapidamente para resolver o problema, enquanto a ideia de "crise climática" ressalta o tamanho de seus impactos na vida das pessoas e no meio ambiente.

Mudanças climáticas, aquecimento global ou efeito estufa?

Para evitar confusão em relação aos termos e para aprender mais sobre o assunto, recomendamos a leitura do *"Glossário Climático para jovens"*, publicado pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

◆ "Flor da Estrada". Rodovia Transamazônica (BR-230), Pacajá (PA). Foto: Danilo Asp/Iphan



Temporal no Rio de Janeiro (RJ). Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Embora alterações do clima façam parte dos ciclos naturais do planeta, o uso intenso de combustíveis fósseis para movimentar as indústrias e os meios de transporte têm contribuído para acelerar os processos de mudanças climáticas desde o século XIX.

Além disso, outras ações humanas, como a destruição das matas nativas, o crescimento urbano desordenado e o uso descontrolado dos recursos naturais também contribuem para agravar a situação.

Essa aceleração do aumento da temperatura planetária desencadeia uma série de problemas, como:

- **Eventos climáticos extremos:** grandes secas, tempestades e inundações passam a ser mais recorrentes e intensos.
- **Aumento do nível do mar:** o derretimento das calotas polares e geleiras contribui para o aumento do nível do mar e coloca em risco cidades costeiras.
- **Perda da biodiversidade:** plantas e animais passam a correr risco de extinção devido ao pouco tempo para se adaptar às alterações em seus ecossistemas.
- **Impactos sociais:** os eventos extremos e o aumento do nível do mar podem devastar vilas e cidades, afetar a produção de alimentos, facilitar a proliferação de doenças e até mesmo exigir o deslocamento de pessoas de seus territórios de origem.

Podemos ver que o problema afeta a natureza e a humanidade de maneira ampla e traz inúmeras consequências sociais, econômicas e, como não poderia deixar de ser, também coloca em risco as referências, os saberes e as formas de expressão que compõem o Patrimônio Cultural de todas as nações.

O que são combustíveis fósseis e por que eles aceleram as mudanças do clima?

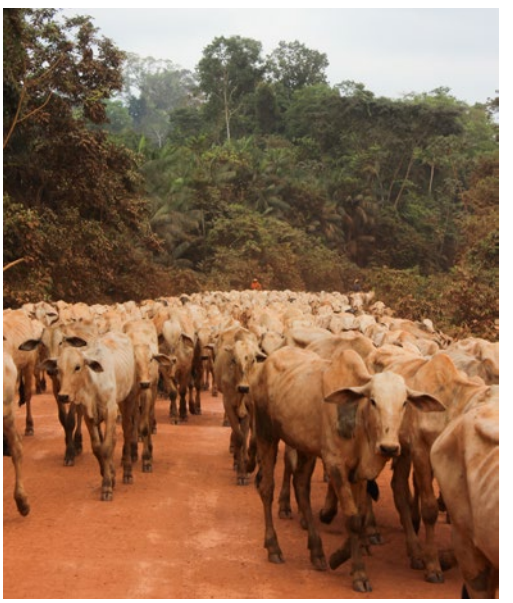
Combustíveis fósseis são recursos naturais não renováveis retirados da terra, como petróleo, gás e carvão mineral, que, quando queimados, servem para movimentar equipamentos industriais, motores etc.

Quando entram em combustão, os combustíveis fósseis liberam, dentre outros elementos químicos, o dióxido de carbono e o metano, que se acumulam na atmosfera da Terra e dão origem a uma espécie de estufa que impede a saída dos raios solares para o espaço, o que aumenta a temperatura dentro do planeta. Esse fenômeno é a principal causa das mudanças climáticas.

- Castanheira isolada em meio ao monocultivo da soja. Santarém (PA). Foto: Danilo Asp/Iphan



- Pecuária extensiva na Rodovia Transmazônica: boiadas interditam a BR 230, trecho Marabá-Santarém (PA). Foto: Danilo Asp/Iphan





PARTE II O PATRIMÔNIO CULTURAL

O Patrimônio Cultural é composto por expressões que nos ajudam a compreender quem somos e as relações que temos com nossos antepassados, bem como por aquelas relações que gostaríamos estabelecer com as gerações futuras.

É também o conjunto de tradições, manifestações, objetos e lugares considerados importantes para a identidade, a memória e a história de um povo ou comunidade.

Ele é formado pelas heranças que recebemos do passado, mas também pelo que criamos no presente e pelo que gostaríamos de guardar para o futuro.

São exemplos de Patrimônio Cultural os bens materiais tombados, os bens imateriais registrados, os achados arqueológicos, os bens naturais reconhecidos, os territórios quilombolas, dentre outros itens que formam as identidades nacionais, estaduais, municipais e comunitária

No Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 está escrito o seguinte:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

◆ Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê. Terra Indígena Ewnawene Naew (MT). Foto: Fernando Dhermam

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

A referência à identidade citada pela Constituição diz respeito às chamadas Referências Culturais, que são constituídas por tudo o que pessoas, grupos e comunidades atribuem valores culturais, independentemente da declaração ou do reconhecimento de órgãos oficiais.

A intenção de se declarar algo como patrimônio é a de resguardar as Referências Culturais e seus valores associados à memória, à identidade e à diversidade cultural.

- **Valores de memória:** aqueles que permitem às pessoas se relacionarem com o passado e que contribuem para a compreensão de sua história e da formação da sociedade atual.

- **Valores de identidade**: os que contribuem para fortalecer o senso de pertencimento, afeto e estima das comunidades.

- **Valores de diversidade:** os que contribuem para a celebração dos diversos valores culturais que compõem uma nação.

Os bens culturais podem ser divididos em dois grandes grupos, o dos Patrimônios Materiais e o dos Patrimônio Imateriais, como podemos ver a seguir.

Patrimônio material

É formado por aqueles bens que podemos ver e tocar, sejam eles móveis ou imóveis.

- **Exemplos de bens imóveis:** construções, edifícios, igrejas, praças, centros urbanos inteiros, dentre outros.

- **Exemplos de bens móveis:** objetos, obras de arte, documentos, livros, acervos de museus, joias, ferramentas etc.

O **Patrimônio Arqueológico** também integra a categoria de Patrimônio Material e, por suas particularidades, possuem leis, usos e gestão específicas.

Patrimônio imaterial

É formado por bens ligados às práticas e tradições de pessoas e comunidades. Se manifestam naquilo que é vivido e lembrado, como em celebrações, formas de expressão, lugares e saberes.

- **Celebrações:** festas, desfiles, cortejos, procissões etc.

- **Saberes:** ofícios e técnicas tradicionais (como de carpintaria, de artesanato, de pesca etc)
- **Formas de expressão:** danças, músicas, grafismos etc.
- **Lugares:** feiras, lugares sagrados e de celebrações, pontos de encontro etc.



Modos de fazer cuias do Baixo Amazonas, Pará (PA). Foto: Alexandre Nazareth

Caboclos do Serro, ao fundo, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Festa do Rosário do Serro (MG), 2013. Foto: Tiago Aguiar





Abrindo o Beiju, comunidade Espírito Santo (AM), Foto: Laure Emperaire, 2007

QUEM CUIDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL?

Todas as pessoas podem contribuir para preservar o Patrimônio Cultural, mas o órgão federal responsável por sua proteção no Brasil é o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, que tem a atribuição de declarar e de preservar bens culturais considerados de interesse nacional.

Em nível mundial, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) pode declarar e reconhecer bens culturais como Patrimônio Mundial e da Humanidade.

Os estados e municípios, em geral, também possuem órgãos e secretarias próprios para atuar na proteção dos bens culturais e dispõem de regras específicas baseadas nas leis federais.

Apesar da existência de tantos órgãos e instituições, a presença da comunidade na proteção e na salvaguarda do Patrimônio Cultural é indispensável para garantir a gestão compartilhada dos Bens Culturais.

Modos de fazer cuias do Baixo Amazonas. Pará (PA). Foto: Carlos de Matos Bandeira



O QUE É E O QUE FAZ O IPHAN?

O Iphan foi criado em 1937 para proteger expressões entendidas como formadoras da essência artística brasileira. Sua missão inicial era a de identificar, valorizar e difundir a identidade nacional por meio da preservação e do reconhecimento de bens materiais. Com o passar do tempo e o desenvolvimento das discussões, foram criadas novas categorias de bens como os naturais e de natureza imaterial.

O primeiro instrumento de proteção do Patrimônio Cultural foi o Tombamento, definido pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937 como uma forma de reconhecimento e proteção de bens culturais de caráter material.

Já no ano 2000, devido ao Decreto nº 3551, o Iphan passou a atuar no reconhecimento e proteção de outros bens a partir do Registro de bens culturais de natureza imaterial.

O Iphan, por meio de instrumentos jurídicos de proteção e de ações de mobilização social, busca assegurar que bens culturais sejam preservados para as gerações

"Arqueologia Táctil": aluno deficiente visual em trabalho de campo (PPGA-UFPA/MPEG). Sítio Jabuti, Bragança (PA). Foto: Danilo Asp/Iphan



futuras e que seus valores patrimoniais sejam mantidos.

Para exercer suas funções, o órgão está presente em todas as unidades federativas do país, representado por suas 27 superintendências e apoiadas por 37 escritórios técnicos. Essa distribuição geográfica facilita a gestão e a fiscalização do Patrimônio Cultural, permitindo atuações mais efetivas de proteção nos territórios.

A Superintendência do Iphan no Estado do Pará

A Sede da Superintendência do Iphan no Estado do Pará está localizada na Avenida Governador José Malcher, nº 474, esquina com a Travessa Benjamin Constant, no Bairro de Nazaré, em Belém/PA.

O objetivo principal de uma superintendência são os de propor, orientar, analisar, aprovar, acompanhar, executar e avaliar os projetos, ações e planos da política de preservação do Patrimônio Cultural na sua área de atuação ou de bens acautelados pela legislação federal. Ela é responsável pela articulação entre as esferas de poder local, organismos e instituições da sociedade civil ou empresas, para estabelecer as parcerias necessárias ao cumprimento dos planos e políticas de gestão e promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Ou seja, a superintendência é o primeiro contato entre a sociedade e o Iphan.

Dessa forma, as Superintendências do Iphan devem ser procuradas para obtenção de informações e orientações, caso haja necessidade de autorização para intervenções em bens tombados, para realizar denúncias acerca do Patrimônio Cultural e para coibir danos e ameaças a bens valorados e registrados.

A Superintendência do Iphan no Estado do Pará atua a partir de atividades desenvolvidas na sede em Belém e nos demais munícipios do estado por meio de ações promovidas pelos técnicos das áreas do Patrimônio Cultural material, arqueológico, imaterial e ferroviário, e das atividades de educação patrimonial.



- Moradia de ribeirinhos na Ilha do Marajó (PA). Foto: Adobe Stock

- Barco do Formar-Florestal (IEB / IFPA) no rio Tapajós. Santarém (PA). Trama Teia Produções. Foto: Danilo Asp/Iphan





PARTE III

COMO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS AFETAM O PATRIMÔNIO CULTURAL?

Os eventos climáticos com maior potencial de afetar os bens culturais são aqueles associados aos processos de oscilações de temperatura, inundações, aumento do nível do mar e queimadas, que podem atuar sobre os bens patrimoniais das seguintes maneiras:

- **Oscilações de temperatura:** longos períodos de seca ou o acúmulo de umidade devido às chuvas podem provocar danos estruturais e ataques de agentes biológicos em edifícios, livros, tecidos, madeiras, entre outros. Os longos períodos de secas também podem ser prejudiciais às práticas tradicionais, dificultando a pesca, a obtenção de água, a coleta de matérias-primas e a adaptação das práticas de cultivo.

- **Inundações:** enchentes podem levar à destruição parcial ou total dos bens edificados e móveis (como objetos históricos e obras de arte), de acervos de museus, de documentos de arquivos, de coleções de bibliotecas etc. Além disso, comunidades indígenas e tradicionais, por exemplo, podem ser obrigadas a sair de seus territórios e ter seus bens e expressões prejudicados ou totalmente eliminados.

- **Aumento do nível do mar:** a elevação dos mares pode afetar bens culturais e comunidades localizados em zonas costeiras e, ao longo prazo, exigir a desocupação forçada das áreas afetadas, desvinculando pessoas de suas memórias e relações afetivas.

- Centro histórico de Porto Alegre (RS), alagado por evento climático em 2024. Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

- **Queimadas:** as queimadas frequentes podem destruir fontes de matérias-primas essenciais a práticas culturais (como plantas, barro, pedras etc) e prejudicar a saúde de moradores, detentores e turistas, além de colocar em risco patrimônios naturais, sítios arqueológicos, construções tombadas, comunidades indígenas e povos tradicionais.

A Carta do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas

Esse documento, elaborado pelo ICOMOS BR em conjunto com diversos órgãos ligados ao Patrimônio Cultural e a sociedade civil, expõe os riscos que ameaçam cada bioma brasileiro (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal).

Ele oferece uma ideia sobre os desafios desse contexto para cada região e seus possíveis impactos ao Patrimônio Cultural.



Alguns casos de eventos extremos que afetaram o patrimônio cultural no Brasil

No ano de 2010, a enchente que devastou a cidade de São Luiz do Paraitinga, cidade do estado de São Paulo, destruiu a Igreja Matriz de São Luís de Tolosa e as edificações de seu conjunto urbano, o que afetou, também, a tradicional Festa do Divino da região. O processo de reconstrução da cidade contou com ampla mobilização da comunidade, que, com base em suas práticas culturais e religiosas, se articulou para fortalecer suas identidades culturais e levantar fundos para refazer a Igreja. O Iphan cooperou com a reconstrução do município e deu prosseguimento a um processo de tombamento de bens da região que ganhou novos significados diante da catástrofe.

Em 2024, enchentes também assolaram o estado do Rio Grande do Sul, onde várias cidades foram destruídas pela água. Muitas pessoas perderam suas vidas e milhares foram obrigadas a deixar suas casas. Muitas Referências Culturais que faziam parte da vida e da história de pessoas, famílias e comunidades, como documentos, fotos, objetos e casas, foram definitivamente perdidas. Diversas comunidades quilombolas e indígenas foram prejudicadas. A catástrofe também afetou cerca de 650 sítios arqueológicos e 28 bens tombados pelo Iphan. Expressões

- Centro histórico de Porto Alegre (RS) alagado devido às fortes chuvas de 2024. Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

do patrimônio imaterial também foram duramente afetados, já que seus grupos detentores foram diretamente impactados, tendo perdido, além de seus lares, equipamentos e instrumentos que compunham seus saberes e manifestações.

Na região amazônica, a seca tem transformado paisagens. Nos anos de 2023, 2024 e 2025, a redução das chuvas deixou leitos de rios expostos e levou à morte de diversos animais aquáticos. Ribeirinhos, pescadores, comunidades indígenas, grupos de quilombolas e de outras comunidades tradicionais ficaram em condições de vulnerabilidade e tiveram suas práticas culturais comprometidas.

Entre cheias e secas: a conexão com o patrimônio

Sítios arqueológicos

Períodos de seca mais severos têm deixado um cenário desolador na Amazônia, tornando-se um dos símbolos das mudanças climáticas no Brasil. Por outro lado, a seca do rio trouxe à tona vestígios da história local e da relação humana com a floresta. Foram revelados 4 sítios arqueológicos. O Ponta das Lajes, que já havia sido visto uma vez em 2010, apresenta rostos esculpidos em pedras, conhecidos localmente como "caretas". Foram ainda descobertas as ruínas do forte São Francisco Xavier, construído no século XVIII às margens do rio Solimões. Às margens do rio Uatumã ficou exposto o sítio Costa do Goiabeira, com urnas funerárias em material cerâmico e alguns petróglifos parecidos com os do sítio Ponta de Laje.

A corda

Uma cheia mudou a história do Círio de Nazaré, tradicional procissão religiosa que acontece na cidade de Belém (PA), registrada pelo Iphan em 2004 como patrimônio nacional imaterial e, em 2013, como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Em 1885, uma enchente inundou a orla do Ver-o-Peso, importante mercado da cidade, e fez com que a carruagem que levava a imagem de Nossa Senhora, conhecida como berlinda, ficasse atolada. Para resolver o problema, um comerciante do mercado emprestou uma corda para que os devotos, com a ajuda de cavalos, puxassem a carruagem. A partir de então, a corda passou a incorporar a festa, tornando-se o elo entre a imagem e os fiéis e integrando a tradição.



PARTE IV

PRESERVAR E AGIR: O PATRIMÔNIO CULTURAL CONTRA A CRISE CLIMÁTICA

O Patrimônio Cultural deve ser observado e protegido dos riscos causados pela crise climática, mas ele também pode ser uma importante ferramenta para a prevenção e redução dos danos que ela pode causar.

Em contextos traumáticos, os bens e referências patrimoniais podem servir para manter elos culturais entre pessoas separadas de suas comunidades devido à perda de seus lares ou pela necessidade de abandonar seus territórios de origem.

Ele também pode ser fundamental em processos de reconstrução de locais destruídos ao atuar como base para a reestruturação das identidades abaladas pelos desastres.

Vejamos como as ações de gestão e preservação do Patrimônio Cultural podem contribuir para o enfrentamento e superação dos eventos causados pelas mudanças climáticas.

AS AÇÕES DO IPHAN DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Apesar de as ações do Iphan em relação ao Patrimônio Cultural não terem sido inicialmente formuladas para enfrentar a crise climática, a instituição pode ajudar a sociedade a prevenir e superar as consequências causadas por eventos extremos.

Para isso, os instrumentos de proteção e reconhecimento do Patrimônio Cultural devem ser estruturados com o objetivo de

◆ Sistema agrícola tradicional do Rio Negro (AM). Foto: Iphan

garantir a preservação e a integridade dos bens patrimoniais. Nesse sentido, destacam-se as atividades que a instituição desenvolve em relação ao ***Tombamento, ao Registro, à Conservação, à Fiscalização e ao Licenciamento***, além daquelas relacionadas à ***mobilização social e ao fomento cultural***, por exemplo.

✳ *Conservação e fiscalização*

A fiscalização é uma atividade de gestão do Patrimônio Material e serve para verificar se os bens tombados sofreram alterações inapropriadas ou se correm risco de deterioração.

Orientada pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), a fiscalização busca garantir a segurança das pessoas e dos bens culturais e é desenvolvida por agentes públicos qualificados.

Diante das mudanças do clima, a avaliação rotineira das condições dos bens culturais materiais é também uma maneira de os proteger. Observar rapidamente os problemas que resultam de grandes aumentos de temperatura ou após longos períodos chuvosos, por exemplo, é essencial para garantir a integridade de edifícios, móveis ou acervos.

A identificação imediata de pequenos problemas pode ser decisiva para evitar catástrofes decorrentes de eventos extremos.

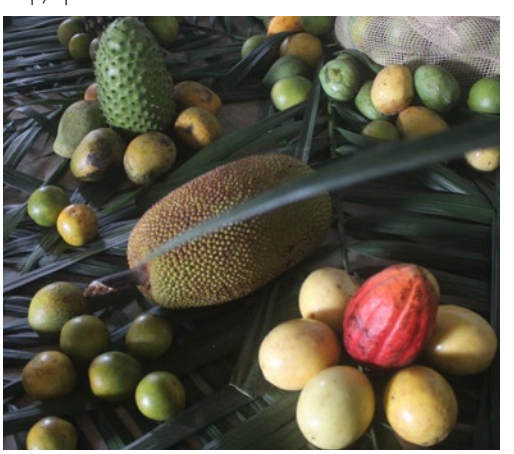
✳ *Registro e salvaguarda*

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é orientado pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI).

A política de reconhecimento dos bens imateriais permite à gestão do Patrimônio Cultural englobar as relações do ser humano com a natureza e entendê-la como componente relevante da identidade nacional.

Preservar certas expressões das comunidades tradicionais através de seu reconhecimento como Patrimônio Imaterial contribui para a preservação do meio ambiente. Por meio da valorização e do fomento à prática de conhecimentos ancestrais, esses grupos podem contribuir para a diminuição de danos e para a redução da emissão de carbono na atmosfera.

◆ Gêneros da agricultura familiar na "rota do dendê". Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Concórdia (PA). Foto: Danilo Asp/Iphan





Três gerações de mulheres na roça de arroz. Quilombo Praia Grande (SP). Foto: Anna Maria Andrade/ISA

✳ *Licenciamento ambiental e aspectos culturais*

No Brasil, grandes obras ou construções só podem ser iniciadas após receberem uma licença.

Essa licença deve ser emitida por instituições municipais, estaduais ou federais responsáveis por avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais dos empreendimentos nas regiões nas quais as obras serão realizadas.

No processo de licenciamento, o Iphan se manifesta em relação aos impactos ao Patrimônio Cultural que podem ser causados por essas obras. Para que o órgão cumpra essa tarefa, as empresas e as demais instituições envolvidas devem prestar informações sobre as possíveis consequências do empreendimento e sobre quais providências a empresa pretende tomar para reduzir seus possíveis danos socioeconômicos e ambientais.

Assim, o licenciamento ambiental pode contribuir para garantir que a preservação do Patrimônio Cultural seja associada à proteção do meio ambiente, impedindo, por exemplo, que a realização de grandes empreendimentos afete regiões que já se encontrem em risco.



Massa de mandioca é retirada do Tipiti para ser peneirada e torrada, Vale do Ribeira (SP). Foto: Anna Maria Andrade/ISA

Diálogos sobre patrimônio e ações climáticas

O projeto ***Diálogos sobre Patrimônio e Ações Climáticas*** é um projeto fruto de parceria entre o Comitê de Mudanças Climáticas e Patrimônio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Brasil) e o Iphan.

Seus objetivos são:

- identificar desafios para a defesa do patrimônio diante das mudanças climáticas;
- planejar ações de enfretamento;
- mapear as capacidades de enfrentamento de povos e comunidades em seus territórios; e
- identificar parceiros que possam contribuir para preservar e salvaguardar bens materiais e imateriais.

O desenvolvimento do projeto envolve a troca de conhecimento e a busca por soluções e estratégias adaptativas, construídas conjuntamente a partir de ciclos de debates dos quais participam estudantes, pesquisadores, agentes públicos e comunidades detentoras.

✳ *Outras possibilidades*

Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC)

O Iphan vem desenvolvendo o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, que visa integrar a atuação de diferentes agentes em diversas frentes de ação relacionadas ao Patrimônio Cultural, como é o caso do combate à crise climática.

Novo PAC no Iphan

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento 2025 (Novo PAC), é um programa coordenado pelo Governo Federal em parceria com estados, municípios e setores privados que busca levar desenvolvimento econômico e social a diversas localidades do país. Através do Iphan, o Novo PAC destinou verbas para a reconstrução de alguns espaços no centro histórico de Porto Alegre, como o antigo prédio dos Correios e Telégrafos, atingidos pelas chuvas de 2024 no Rio Grande do Sul. As reformas também preveem a adaptação dos edifícios para novos cenários de calamidade, recorrentes no contexto de mudança climática.

A Portaria de Tombamento de Quilombos

A portaria nº 135 de 2023 regulamentou a proteção dos quilombos de acordo com as premissas da Constituição Federal de 1988, que declarou tombado "todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos". Sua aprovação abriu caminho para o reconhecimento de comunidades afro-brasileiras, que em outros tempos foram apartadas das políticas culturais.

Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2025

O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, promovido pelo Iphan desde 1987, é uma importante ferramenta de fomento, valorização e divulgação do Patrimônio Cultural. Seu tema em 2025, "Patrimônio Cultural, Territórios e Sustentabilidade", contempla ações que envolvam a "valorização do território, em seus contextos urbanos, rurais e/ou periféricos, e a promoção da sustentabilidade social, ambiental e econômica".

RESISTÊNCIA E ADAPTAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DOS SABERES POPULARES E TRADICIONAIS

Devido à desigualdade social e ao racismo ambiental, alguns dos sujeitos mais afetados pelo colapso do clima são aqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados, como populações negras, indígenas, quilombolas, habitantes de periferias e pessoas em situação de rua.

Por outro lado, muitas dessas pessoas e comunidades são detetoras de saberes tradicionais que podem ser muito importantes nos processos de construção de estratégias para enfrentar as consequências da crise climática. Essas comunidades, além de ser consultadas, devem ser ouvidas e atendidas em suas demandas.

Para tanto, a busca por sustentabilidade e justiça climática deve se basear:

- na luta contra todos os tipos de desigualdade;
- na coletividade;

Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (AM). Foto: Iphan



- nas diversas formas de organizações sociais em torno da natureza;
- na humanização em detrimento da capitalização; e
- na escuta das pessoas que fazem a manutenção correta do meio ambiente.

Os conhecimentos e saberes tradicionais são sementes da cultura e fazem parte do nosso Patrimônio Cultural.

Conhecimentos regionais e tecnologias populares podem ser resgatadas para criar um futuro possível e sustentável. Basta lembrar do filtro de barro, que refresca a água em dia de calor, sem emitir carbono e sem gastar energia elétrica, ou das técnicas utilizadas para construir imóveis a partir de materiais como adobe ou de produtos reaproveitados, de modo a gerar bem-estar e fazer uso equilibrado dos recursos naturais.

Além disso, a ocupação de prédios ou casas históricas a partir de programas habitacionais de interesse social, por exemplo, também pode ser uma boa estratégia de adaptação climática, já que evita a necessidade de novas edificações, o que ajuda a racionalizar o uso do solo no campo e na cidade.



Seringueira na Floresta Nacional do TAPAJÓS. Amazônia (PA). Foto: Danilo Asp/Iphan (COGEDU/DAFE)



Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê. Terra Indígena Ewnawene Naew (MT), 2021. Foto: Iholalare Wawayaili

Saberes e tradições são Patrimônios Culturais

O registro de conhecimentos tradicionais como Patrimônios Culturais do Brasil é realizado no chamado Livro dos Saberes. Nele estão referenciados alguns bens que demonstram adequadamente como o Patrimônio Cultural pode se associar à preservação da natureza e à sustentabilidade.

Como exemplo dessas qualidades, podemos citar o Sistema Agrícola Tradicional (SAT) desenvolvido e utilizado pelas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (no estado de São Paulo) e o Sistema Agrícola Tradicional das comunidades do Rio Negro, no estado do Amazonas.

Esses sistemas articulam saberes ancestrais para a produção de alimentos a partir do manejo sustentável da água e do solo, e buscam não causar grandes danos à natureza. Tais práticas cooperam com o aumento da biodiversidade local e com a preservação do meio ambiente.

Pensar sobre saberes, conhecimentos regionais ou tradicionais e culturas e tradições como formas de adaptação e redução de danos contribui para a realização de mudanças que se iniciem respeitando a individualidade dos sujeitos e que fortaleçam a luta contra desigualdades sociais a partir da promoção de políticas públicas e do cumprimento de pactos internacionais que tenham como base a justiça climática.

Justiça Climática

Os movimentos que buscam a justiça climática lutam para que as políticas de adaptação, mitigação e combate às consequências das alterações do clima levem em conta questões sociais, econômicas e históricas, uma vez que muitos dos grupos mais atingidos são pessoas de classes sociais mais baixas.

Consequentemente, se exige que nações mais ricas assumam maiores contrapartidas econômicas e compromissos ecológicos devido ao papel de grandes agentes poluidores que esses países vêm desempenhando ao longo da história.

Enfim, as políticas voltadas à preservação do Patrimônio Cultural, além de contribuir para garantir que as futuras gerações tenham acesso aos monumentos, celebrações, conhecimentos e obras de arte no futuro, também podem ser úteis nos processos de adaptação às mudanças climáticas, sendo necessário, para tanto, que a sociedade passe a reconhecer a importância dos saberes ancestrais, valorizando, por exemplo, antigas técnicas agrárias ou de construção de moradias que assegurem uma relação harmoniosa entre as pessoas e a natureza.

Contudo, o primeiro passo é compreender que a responsabilidade pela preservação do meio ambiente e do Patrimônio Cultural é uma tarefa que envolve cada pessoa, além de instituições e governos de todo o planeta.

Conforme poderemos ver a seguir, já há grandes mobilizações internacionais que objetivam debater o tema e buscar ferramentas para reduzir e prevenir os danos oriundos das mudanças climáticas. E não apenas para proteger o Patrimônio Cultural, mas também a economia, a natureza e, principalmente, as pessoas.

◆ Cestos de açaí, Feira do Açaí, Belém/PA. Foto: Adobe Stock





PARTE V

O PATRIMÔNIO, A CRISE E O MUNDO: A COP 30 E OUTROS DIÁLOGOS

O QUE É A COP?

COP é a sigla para o termo em inglês "Conference of the Parties", que em português é traduzido como "Conferência das Partes". Também chamadas de "Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas", as COPs acontecem anualmente. Nelas, representantes de vários países se reúnem para debater temas relacionados às mudanças do clima com o objetivo planejar e implementar ações para enfrentar os problemas causados pelas alterações climáticas.

O termo "COP 30" indica que essa será a trigésima edição da conferência, a ser realizada na cidade de Belém do Pará.

Por que em Belém?

No dia 18 maio de 2023 a Organização das Nações Unidas (ONU) confirmou a realização da COP 30 na cidade de Belém (PA).

Um ano antes, durante a COP sediada na cidade de Sharm El-Sheik, no Egito, o então presidente eleito do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, havia chamado à atenção da comunidade internacional para a necessidade de uma cidade da região da Floresta Amazônica receber o evento.

Passagem da imagem de Nossa Senhora de Nazaré na Trasladação. Estação das Docas, Belém (PA). Foto: Ricardo Stuckert



Visita do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da França, Emmanuel Macron, à comunidade ribeirinha da Ilha do Combu, em Belém (PA). Foto: Ricardo Stuckert

Em entrevista...

"Para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a COP 30 será diferente de todas as outras. 'Uma coisa é discutir a Amazônia no Egito; outra coisa é discutir a Amazônia em Berlim; outra coisa é discutir a Amazônia em Paris. Agora, não. Agora nós vamos discutir a importância da Amazônia dentro da Amazônia. Nós vamos discutir a questão indígena, vendo os indígenas. Nós vamos discutir a questão dos povos ribeirinhos, vendo os povos ribeirinhos e vendo como eles vivem', sentenciou o presidente." (Rumo à COP30, s.d)

O bioma amazônico é um tema recorrente nas Conferências, principalmente por conta de sua relevância para o equilíbrio ambiental e dos riscos que ele corre diante do colapso climático.

Debater mudanças do clima em uma floresta tropical também abre margem para tratar dos riscos que todas elas correm ao redor do mundo e das possibilidades que elas oferecem para enfrentar o problema, não só por suas riquezas e diversidades biológicas, mas também pelos saberes acumulados por seus habitantes.

Por isso mesmo, a COP 30 pretende dar papel de destaque às comunidades indígenas, um esforço para ouvi-las e para aprender com seus conhecimentos ancestrais. É importante lembrar que o estado do Pará possui a terceira maior população indígena da região Norte do país, com 69.180 pessoas.



O mercado Ver-o-Peso, em Campina, Belém (PA). Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

✳ *Um pouco sobre a cidade*

O Pará, localizado na região Norte do Brasil, é o segundo maior estado do país. Embora a maior parte de seu território esteja inserido na floresta amazônica, parte de sua região sul é ocupada por uma porção de cerrado. De clima predominantemente úmido, seu litoral é banhado pelo Oceano Atlântico e seus grandes rios integram as duas maiores bacias hidrográficas do país, a do Rio Amazonas e a dos rios Tocantins e Araguaia.

A história de sua capital, Belém, se confunde com a criação do próprio estado, que teve início com a chegada dos colonizadores europeus há mais de 400 anos. Com o passar do tempo, a cidade, que cresceu ocupando as margens dos rios com novas ruas, ganhou destaque e se tornou uma relevante zona de acesso para exploração das regiões do rio Amazonas.

Ao longo de sua existência, a cidade vivenciou eventos marcantes, como o período do ciclo da borracha, no século XIX, que trouxe grande movimentação econômica e atraiu estrangeiros para região, e a Cabanagem ou Guerra dos Cabanos, uma importante revolta popular ocorrida entre os anos de 1835 e 1840.

A atual Belém conta com mais de 1,3 milhões de habitantes e é uma das cidades

mais populosas do Brasil. Sua economia atual é movimentada pela prestação de serviços e pelo comércio, com forte participação do turismo influenciado pelo Círio de Nazaré o pelo ecoturismo, mas também é fortemente marcada pelo extrativismo vegetal e animal, pela metalurgia e pelas indústrias moveleiras, alimentícias e navais.

Reparação

Em 2023, os Tenharim, moradores da terra indígenas Terra Indígena (TI) Tenharim/ Marmelos, organizaram um projeto de resgate de uma memória de dor referente ao massacre que seu povo sofreu no período da construção da Rodovia Transamazônica (BR-230).

Lideranças tenharim assinaram um Convênio com a Universidade de São Paulo (USP) com vistas à criação do *Memorial Jiré: a história Tenharim através da cultura material de seus anciãos*, envolvendo diversos pesquisadores da antropologia e da arqueologia.

Boi da Pavulagem. Belém, PA. Foto: Adobe Stock





Porto de Belém/PA. Foto: Adobe Stock

OUTROS EVENTOS E DEBATES INTERNACIONAIS

Diante dos alertas de colapso do planeta, vários setores foram obrigados a pensar e discutir medidas de adaptação e de mitigação de danos. A ONU realizou, em 1972, seu primeiro evento sobre o tema, a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, e criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), voltada para a implementação de ações de gestão ambiental (ZANIRATO, 2007).

A UNESCO, também em 1972, editou a Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial e Cultural e Natural, tratado que traz definições de Patrimônio Cultural e Natural e a partir do qual passaram alguns bens passaram a ser declarados como patrimônios mundiais.

Nos anos 1980, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, "[...] com o intuito de aprofundar estudos que pudessem ao mesmo tempo garantir o desenvolvimento econômico e minimizar os impactos ambientais" (ZANIRATO, 2007), que apresentou, em 1987, o relatório "Nosso futuro comum", que defendia o desenvolvimento sustentável pensando nas gerações futuras (ZANIRATO, 2007).

Em 1988, a ONU, em conjunto com a Organização Mundial de Meteorologia (OMM), criou o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), importante fonte de informação sobre as mudanças climáticas no mundo (ZANIRATO, 2007).

Dentre todas essas iniciativas, porém, destaca-se a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, que deu origem às atuais COPs (ZANIRATO, 2007).

Dentre os principais resultados desses eventos, estão o Protocolo de Quioto, de 1997, acordado na COP 3, e o Acordo de Paris, fruto da COP 21, realizada em 2015. O Protocolo de Quioto busca promover a redução da emissão de poluentes e estimular novas formas de desenvolvimento

sustentável (FAS, s.d). Quanto ao Acordo de Paris, os países que o assinaram se comprometeram com a diminuição de emissão de CO_2 na atmosfera.

Também no ano de 2015 foram aprovados os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conhecidos como Agenda 2030, resultantes de discussões iniciadas nos anos 2000.

ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

Muitas empresas utilizam esses objetivos em suas propagandas com o intuito de demonstrar seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

Desde 2017, que foi declarado o Ano Internacional do Turismo Sustentável, empresas do ramo passaram a difundir suas adesões aos Objetivos.

Em relação ao Patrimônio Cultural, destacam-se vários eventos e documentos produzidos pela comunidade internacional. No ano de 2003 foi realizada, em Paris, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que objetivava garantir o respeito e a cooperação entre nações para a proteção do patrimônio imaterial. Em 2007, o Centro do Patrimônio Mundial, órgão da Unesco, publicou o relatório ***Mudanças Climáticas e Patrimônio Mundial***. Na mesma linha, a Unesco, em 2010, publicou o ***Managing Disaster Risks for World Heritage***. Traduzido pelo Iphan em 2015 sob o título de ***Manual Gestão de riscos de desastres para o Patrimônio Mundial***, o material contempla debates sobre políticas de gestão de risco do Patrimônio Cultural diante de catástrofes naturais e sua associação com as ações humanas. Em 2021, o Comitê do Patrimônio Mundial divulgou, para revisão, o ***Documento de Política sobre Ação Climática para o Patrimônio Mundial***, ressaltando a necessidade de mobilização para o financiamento de ações para a preservação do patrimônio.



Vista de um braço do Rio Caeté em área de manguezal na reserva extrativista Marinha de Caeté - Taperaçu monitorada pelo projeto Mangues da Amazônia. Bragança (PA), 2025.

Frente aos muitos desafios que envolvem as mudanças climáticas e o Patrimônio Cultural, há grande expectativa em relação à COP 30, especialmente no que se refere ao protagonismo das comunidades tradicionais e dos seus conhecimentos no enfrentamento da crise climática.

O PATRIMÔNIO CULTURAL NA COP

Em 2023, durante a COP 28, nos Emirados Árabes, foi lançado o grupo de Amigos da Ação Climática Baseada na Cultura (GFCB-CA), coletivo de caráter não oficial que tem o objetivo de colocar a cultura, as artes e o patrimônio no centro dos debates sobre o clima, não só como vítimas dos eventos extremos, mas também como protagonistas na construção de soluções e estratégias formuladas a partir da cultura, dos conhecimentos tradicionais e da conscientização da sociedade sobre o cenário.

Em 2024, na COP 29, sediada no Azerbaijão, aconteceu a segunda reunião de Alto Nível do Diálogo Ministerial sobre Ação Climática Baseada na Cultura. Nessa ocasião, o Iphan se fez presente, representado por sua Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação, que ressaltou o comprometimento da instituição com os debates sobre adaptação e fortalecimento do Patrimônio Cultural.

Tem-se a expectativa de que, na COP 30, os diálogos sobre patrimônio e cultura ganhem mais força e resultem em encaminhamentos consistentes e financiamento de ações.

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES ENTRE AS NAÇÕES

Dialogar com outros países é como conversar com o vizinho sobre uma infiltração que afeta ambos: se analisa as causas, os mais impactados, como o problema será resolvido e quem vai arcar com os custos, mesmo havendo a possibilidade de desentendimentos e pendências.

A crise do clima, como um problema mundial, exige que as nações se juntem para conversar e decidir quais ações serão realizadas, quais são os países mais responsáveis e os mais prejudicados.

Por mais que às vezes não tenhamos expectativas, reuniões como a da COP são espaços extremamente importantes para a construção de estratégias para frear a crise climática em escala global. Até mesmo os pequenos resultados podem ser transformadores.

A chave para superar os desafios passa, necessariamente, pela aproximação entre pessoas, instituições e órgãos do poder público no Brasil e no mundo. Esse estreitamento de relações é a primeira condição para que a sociedade civil seja colocada na posição de protagonista do processo. A tarefa de alcançar essa cooperação pode ser facilitada pela implementação das estratégias dialógicas propostas pela Educação Patrimonial, assunto que abordaremos em seguida.


obradinho
lago norte
varjão
sia
no piloto

NOSSA PARTE

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM GUIA PARA A LONGA JORNADA

A Educação Patrimonial constitui-se de múltiplas e diversas práticas, narrativas, conceitos, ferramentas e recursos com foco educativo no campo do Patrimônio Cultural. É, portanto, todo o conjunto de processos educativos que mobilizam ações de sensibilização e de mediação sobre essa área.

A partir de suas perspectivas, as Referências Culturais são entendidas como bases para a apropriação social, o reconhecimento, a valorização e a preservação dos bens culturais.

Os processos educativos patrimoniais devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento por meio da participação efetiva das comunidades, dentro das quais convivem diversas noções de Patrimônio Cultural e distintas visões e conhecimentos que constituem as identidades culturais.

O Iphan busca dar caráter educativo a todas as suas ações institucionais e objetiva que cada representação da instituição no território nacional funcione como centro de diálogo para a construção coletiva de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do Patrimônio.

As principais diretrizes para ações de Educação Patrimonial são frutos de um longo processo de debates institucionais e intersetoriais, de aprofundamentos teóricos e de avaliações das práticas voltadas à preservação, valorização e apropriação social do Patrimônio Cultural.

◆ Oficina de Educação Patrimonial (Mapas Afetivos). Escola Parque 210/2011 Norte, Brasília (DF). Foto: Danilo Asp/Iphan



Túmulo da Irmã Dorothy Stang. Jornada Pedagógica Itinerante I da ENFOC. Anapu (PA), Rodovia Transamazônica. Foto: Danilo Asp/Iphan

As ações do campo devem se pautar pelas seguintes premissas:

- as comunidades devem ser participantes efetivas das ações educativas;
- os bens culturais estão inseridos nos espaços de vida das pessoas;
- a Educação Patrimonial é um processo de mediação;
- o Patrimônio Cultural é um campo de conflito;
- os territórios são espaços educativos;
- as ações educativas devem levar em conta a intersetorialidade das políticas públicas; e
- as abordagens devem ser transversais e dialógicas.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN: FONTES E REFERÊNCIAS

Por conta de constantes reflexões e debates, o conceito de Educação Patrimonial foi se alargando no decorrer dos anos e as seguintes obras contribuíram para o desenvolvimento deste campo.

Uma das primeiras publicações sobre o assunto no Brasil foi o ***Guia de educação patrimonial***, editado pelo Iphan em 1999. Depois dele, com os avanços dos estudos, as ideias sobre o que seria Educação Patrimonial dentro e fora do Iphan foram sendo aprimoradas.

Posteriormente, a obra ***Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos***, de 2014, apresentou o percurso da Educação Patrimonial dentro da instituição. Nela foram reunidos conceitos, diretrizes, ações e projetos exemplares, além de documentos que nortearam a atuação da área até aquele momento.

A ***Portaria nº 137 do Iphan***, editada em 2016 e ainda em vigor, "Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio". Dentre outros pontos, ela propõe um conceito de Educação Patrimonial, define seus modos de propagação, e ressalta a centralidade das comunidades nos processos de atribuição de valor e sentido aos bens culturais.

Em 2016 foi lançada a primeira edição de ***Educação patrimonial: inventários participativos - manual de aplicação***. Sua segunda edição, de 2025, visa consolidar e incentivar a utilização dos Inventários Participativos como instrumentos de democratização do Patrimônio Cultural brasileiro.

A ***Carta do Beijódromo***, formulada em 2024 pela Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social (Cogedu) em diálogo com todas as unidades do Instituto e com a sociedade civil, apresentou os eixos fundamentais para a retomada e a reestruturação da Política de Educação Patrimonial no Iphan a partir daquele ano.

O estudo e a leitura dessas obras nos permite compreender a trajetória da participação social nos processos educativos direcionados ao Patrimônio Cultural até chegarmos à centralidade que ela ocupa nas ações da instituição.

PROTAGONISMO SOCIAL: A BASE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O protagonismo dos sujeitos nos processos educativos, conforme defendido pelo educador Paulo Freire, é uma pauta tão importante quanto a necessidade da universalização do acesso ao ensino no Brasil.

Esse ideal marca fortemente o pensamento sobre Educação Patrimonial no Iphan, que tem buscado formas de ampliar a atuação da sociedade no desenvolvimento de ações relacionadas ao reconhecimento e à gestão do Patrimônio Cultural.

O princípio da participação social norteou a formulação dos chamados Inventários Participativos, que, desde 2016, compõem uma das principais estratégias de mobilização para a atuação da sociedade na formulação e aplicação de políticas patrimoniais.

Inventários

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor", nesse caso, os inventários participativos, buscam conhecer melhor as Referências Culturais do grupo em que for aplicado. Assim, a sua aplicação promove o levantamento de Referências Culturais a partir do olhar de um grupo específico, cruzando informações produzidas anteriormente com histórias orais e valores individuais e coletivos.



Oficina de Educação Patrimonial: Inventário Participativo & Mapas Afetivos. Comunidade Quilombola do Torre, Tracuateua (PA). Foto: Danilo Asp/Iphan

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educação Patrimonial e Educação Ambiental são campos que permeiam a educação formal, informal e não formal, e objetivam a conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e dos bens culturais.

As políticas de preservação do Patrimônio Cultural e do meio ambiente devem ser pensadas para garantir direitos e proteger memórias e valores com o intuito de contribuir para a melhoria das condições de vida e para resguardar recursos naturais, a fauna e a flora para as gerações futuras.

Esses objetivos podem ser alcançados por meio da sensibilização da sociedade a partir da educação, pela produção de instrumentos jurídicos de proteção, pelo fortalecimento das instituições gestoras, como Ibama e o Iphan, e por meio de outras estratégias.

VAMOS PENSAR JUNTOS

Às vezes podemos ter um sentimento de frustação diante do cenário alarmante e do futuro incerto que nos é apresentado. Uma espécie de ansiedade climática toma conta de nossos pensamentos, mas ainda há tempo e muito o que se pode fazer para transformar nossa realidade.

Vejamos algumas possibilidades.

Reconectar

Se reconectar com a ancestralidade é buscar vínculos com a natureza e com nossos antepassados, em busca das histórias e dos conhecimentos familiares. Essa busca ajuda a reforçar e valorizar nossa identidade, a reforçar nossas posturas diante de situações de injustiça, a resgatar saberes, manter nossas origens culturais e a criar respeito pela natureza e pelo próximo.

Observar

Em todos os contextos sociais e culturais podem ser identificados saberes capazes de contribuir para a solução dos problemas e de inspirar processos de mobilização social que fortaleçam a reivindicação de providências por parte dos setores públicos.

Bons exemplos podem ser encontrados nos sistemas agrícolas tradicionais reconhecidos como Patrimônios Culturais pelo Iphan. As técnicas utilizadas pelas comunidades do Rio Negro e do Vale do Ribeira, por

exemplo, integram conhecimentos tradicionais a vivências comunitárias para produzir alimentos sem agredir desnecessariamente a natureza.

Valorizar e incorporar

Certos costumes de nossos familiares mais velhos são, às vezes, alvos de brincadeiras e troças. Mas, se nos aprofundarmos, o que era piada pode virar motivo de orgulho e ser passado adiante. É possível que algumas atitudes que pareciam engraçadas sejam, na verdade, originadas em saberes tradicionais associados à sustentabilidade e a boas práticas que deveriam ser incorporadas ao nosso cotidiano.

Mobilizar

A atuação da sociedade civil é indispensável para a preservação do Patrimônio Cultural e do meio ambiente. A articulação de grupos aumenta a capacidade de reação comunitária e pode facilitar, por exemplo, a construção de sistemas de alerta em casos de desastres naturais com o objetivo de garantir a segurança das pessoas e o salvamento de suas Referências Culturais. Estratégias como as dos Inventários Participativos também podem facilitar o diálogo entre os membros de uma comunidade e permitir que ela se mobilize para identificar bens culturais e elaborar ações de preservação.

VAMOS FAZER JUNTOS

Muitos são os caminhos para promover a participação social nos processos de preservação do Patrimônio Cultural e do meio ambiente diante das mudanças climáticas.

A metodologia dos Inventários Participativos pode ser adaptada de acordo com os contextos e com os objetivos a serem alcançados, pois essa ferramenta induz reflexões sobre os impactos das mudanças climáticas no patrimônio e sobre estratégias coletivas de preservação.

Aos Inventários Participativos pode se somar as metodologias do projeto "Diálogo sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas", que pode ajudar as comunidades a compreenderem os riscos que a cercam e desenvolver formas de atuação junto ao poder público.

Pode-se ainda utilizar a cartilha ***Memórias para o Futuro: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas***, voltada para uma discussão mais aprofundada sobre o tema e para a construção de planos de análise e gestão.

Acima de tudo, a cooperação e a participação ativa, pautadas na valorização de saberes, memórias e afetos, é ponto de partida primordial para o enfrentamento da crise. Nesse sentido, o Patrimônio Cultural e a Participação Social passam a ser fundamentais na busca por soluções.

Vamos fazer isso juntos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como buscamos demonstrar ao longo das páginas que compõem ***Memórias para o Futuro: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas***, não seria exagero afirmar que existe uma conexão direta entre as mudanças climáticas – com manifestações cada vez mais diretas e severas – e o modo de vida das pessoas.

Períodos prolongados de estiagem em algumas regiões do país se alternam com processos de inundações cada vez mais frequentes em outros territórios. Em um país de dimensões continentais, como é o Brasil, recebemos frequentemente notícias de edifícios que desabaram pelo excesso de chuvas ininterruptas em determinados estados, mas também de vestígios arqueológicos que só foram possíveis de serem identificados devido à seca prolongada de rios na região Amazônica. As mudanças climáticas já provocam drásticas alterações nas paisagens naturais e urbanas, interferindo nas práticas de manejo da natureza de uma parcela considerável da população que depende diretamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência.

Se não existe natureza sem cultura e nem cultura sem natureza, como lidar com visões e interpretações do mundo que (ainda) insistem em desvincular esses dois universos? A trajetória histórica de povos quilombolas, indígenas, ribeirinhos e caiçaras nos ensina – a partir da transmissão de práticas e saberes tradicionais para lidar com os recursos da natureza – a repensar e a desconstruir as artificiais fronteiras entre seres humanos e meio ambiente.

Dessa maneira, pensar o Patrimônio Cultural enquanto cadeia de produção e transmissão de conhecimentos que tornaram possível, ao longo do tempo, a criação de tecnologias (materiais e imateriais), pode ser um dos atalhos viáveis para discutir e propor ações efetivas, no sentido de mitigar e enfrentar os impactos provocados pelas mudanças climáticas. Mais do que uma postura individual, esse enfrentamento exige mobilização coletiva e uma escuta ativa por parte de diferentes setores da sociedade civil e do poder público, a fim de que proposições correspondam aos anseios e demandas dos grupos sociais mais vulnerabilizados neste contexto.

Por fim, sem a pretensão de apresentar "respostas prontas" ou "fórmulas a serem aplicadas", ***Memórias para o Futuro: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Mudanças Climáticas*** procura chamar a atenção para o papel central do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial como recursos para a garantia de cidadania, de direitos humanos e de acesso à memória (para o presente e para as próximas gerações).

SUGESTÕES DE LEITURA

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, David. A queda do céu. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FIGUEIREDO, A. M. "Mairi dos tupinambá e Belém dos portugueses: encontro e confronto de memórias". In: SARGES, M. N.; FIGUEIREDO, A. M.; AMORIM, M. A. (org.). O imenso Portugal: estudos luso-amazônicos. Belém: Edufpa, 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta do Beijódromo: recomendações para a retomada da Política de Educação Patrimonial no Iphan. Brasília, Distrito Federal, 21 de novembro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/Iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/carta-do-beijodromo. Acesso: 02 abr de 2025

_____. Dossiê de Registro da Cachoeira de Iauaretê: Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri. Acesso em 17 de fevereiro de 2025. Disponível em: http://portal.Iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_iauarete_m.pdf

_____. Dossiê de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Acesso em 18 de novembro de 2024. Disponível em: https://bcr.Iphan.gov.br/bens-culturais/sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro-am/

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Sistema Agrícola Quilombola. 7 de Julho, 2016. 1 vídeo (24 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0B0ydEoqJ8E&t=1282s

KRENAK, Ailton. A Vida Não é Útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. O Amanhã Não está à Venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. Ciência indígena e crise climática: Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. National Geographic Brasil, 18 de outubro de 2022. 1 vídeo (11 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8Wwh3Nd3kyg

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Rodrigo. “O que a COP 30 defende? Veja os principais temas da conferência”. ND Mais Brasília, 05 de maio de 2025. Disponível em: https://ndmais.com.br/meio-ambiente/o-que-a-cop-30-defende-veja-os-temas/

AMAZONIA AGORA. ONU confirma Belém como sede da COP 30, em 2025. Governo Estadual do Pará. Disponível em: https://www.amazoniaagora.pa.gov.br/novo/2023/06/07/onu-confirma-belem-como-sede-da-cop-30-em-2025/

BRASIL. Decreto-lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.Iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf

_____. Artigo nº 216 . Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. LEI Nº 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

COELHO, Cíntia de Albuquerque Wanderley; et al. Mudança do Clima no Brasil - Síntese Atualizada e Perspectivas para Decisões Estratégicas. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/arquivos/Relatorio_Mudanca_Clima_Brasil.pdf

CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. About the Secretariat. 2023. Disponível em: https://unfccc.int/about-us/about-the-secretariat

Diretrizes para Formulação de Políticas Públicas em Mudanças Climáticas no Brasil. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/03/Diretrizes-para-a-Formulac%CC%A7a%CC%83o-de-Poli%CC%81tica-Pu%CC%81blicas-em Mudanc%CC%A7as-Clima%CC%81ticas-no-Brasil.pdf

FÉLIX, Thiago. “COP30 em Belém: o significado para o Brasil em sediar o encontro”. CNN Brasil. São Paulo, 01 de fevereiro de 2025.

FRONER, Yacy-Ara et all. “Mudanças climáticas, riscos ao patrimônio cultural e ambiental políticas públicas e o papel das redes colaborativas: um olhar sobre o panorama brasileiro contemporâneo”. Patrimônio e Memória, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 124-151, jul./dez. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. “O caminho até Dubai: confira o histórico de COPs desde 1995”. Disponível em: https://fas-amazonia.org/blog-da-fas/2023/11/17/o-caminho-ate-dubai-confira-o-historico-de-cop-desde-1995/

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. “Portaria Iphan nº 137 de 28 de abril de 2016: Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio”. 28 de abril de 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf

_____. “Iphan discute proteção do patrimônio cultural frente às mudanças climáticas na COP 29”. Disponível em: https://www.gov.br/Iphan/pt-br/assuntos/noticias/Iphan-discute-protecao-do-patrimonio-cultural-frente-as-mudancas-climaticas-na-cop-29

_____. Carta do Beijódromo. Brasília, Distrito Federal, 21 de novembro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/Iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/carta-do-beijodromo

_____. Licenciamento Ambiental. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Cultural. Disponível em: https://www.gov.br/Iphan/pt-br/patrimonio-cultural/licenciamento-ambiental

_____. Departamento de Patrimônio Imaterial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Imaterial. Disponível em: https://www.gov.br/Iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/departamento-de-patrimonio-imaterial-dpi-1

_____. Ciclo de Diálogos - Patrimônio Cultural e Ações Climáticas. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ações e Programas. Disponível em: https://www.gov.br/Iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciclo-de-dialogos-patrimonio-cultural-e-acoes-climaticas

_____. Iphan promove ações de Fiscalização Preventiva Integrada com órgãos e instituições governamentais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Notícias. Disponível em: https://www.gov.br/Iphan/pt-br/assuntos/noticias/Iphan-promove-acoes-de-fiscalizacao-preventiva-integrada-com-orgaos-e-instituicoes-governamentais

_____. Inventários participativos do patrimônio cultural. Manual de aplicação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2025 (segunda edição). Disponível em: https://www.gov.br/Iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/inventarios-participativos

MARCHEZINI, V., MOURÃO, C., SCOFIELD, G., METODIEV, D.; LEITE FLORES, S.S. (2020). "Sistemas Comunitários de Alerta de Risco de Desastres Associados a Inundações e Deslizamentos: Aspectos Teóricos e Metodológicos". Revista de Estudios Latinoamericanos sobre Reducción del Riesgo de Desastres REDER, 4(2), pp. 36-56.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. "Planeta pode ultrapassar 1,5°C nos próximos cinco anos, diz relatório da Organização Meteorológica Mundial". Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/06/planeta-pode-ultrapassar-1-5oc-nos-proximos-cinco-anos-diz-relatorio-da-organizacao-meteorologica-mundial

MINISTÉRIO DA CULTURA. "G20: Cultura debate preservação e proteção do patrimônio cultural diante das mudanças climáticas". 2004. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/g20-cultura-debate-preservacao-e-protecao-do-patrimonio-cultural-diante-das-mudancas-climaticas

_____. "COP28: Ministra da Cultura lança Coalizão internacional para promover ação climática baseada na cultura". 05 de dezembro de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/sala-de-imprensa/avisos-de-pauta/cop28-ministra-da-cultura-lanca-coalizao-internacional-para-promover-acao-climatica-baseada-na-cultura

_____. "Cultura é incorporada como eixo fundamental no enfrentamento às mudanças climáticas na COP 28". Ministério da Cultura. Notícias. 08 de dezembro de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/cultura-e-incorporada-como-eixo-fundamental-no-enfrentamento-a-mudancas-climaticas-na-cop-28

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS DO CLIMA. "Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA". Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dea/pnea

_____. Declaração ministerial da Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima do G20. Notícias. 24 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/declaracao-ministerial-da-forca-tarefa-para-mobilizacao-global-contra-a-mudanca-do-clima-do-g20

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. “O que são as mudanças climáticas?” Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas

_____. “ONU declara 2017 o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento”. Notícias. 01 novembro 2016. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/74805-onu-declara-2017-o-ano-internacional-do-turismo-sustent%C3%A1vel-para-o-desenvolvimento

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris, 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: http://portal.Iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf

ORTEGA, Anna. “Pauta da cultura não avança na COP29, e expectativas ficam para Belém”. nonada: Organização de cultura, jornalismo e educação pelo viés decolonial. 17 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.nonada.com.br/2024/12/pauta-da-cultura-nao-avanca-na-cop29-e-expectativas-ficam-para-belem/

PACTO GLOBAL: rede Brasil. ODS e Agenda 2030: Agir por um futuro em que todas as formas de vida possam prosperar. Disponível em: https://www.pactoglobal.org.br/ods-e-agenda-2030/

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Brasil defende que cultura se integre globalmente às discussões climáticas”. Notícias. 08 de dezembro de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/planaltodojus/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/brasil-defende-que-cultura-se-integre-globalmente-as-discussoes-climaticas#:~:text=As%20discuss%C3%B5es%20n%C3%A3o%20devem%20se,da%20Amaz%C3%B4nia%20Brasileira%20(Umiab

_____. “Rumo à COP30”. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil

WASKOW, David; et.al. “Balanço da COP29: a nova meta global de financiamento climático e outros resultados”. WRI Brasil. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/noticias/balanco-resultados-cop29-meta-financiamento-climatico

WORLD RESOURCES INSTITUTE BRASIL BRASIL. “Acordo sobre financiamento na COP29 é primeiro passo para um futuro mais seguro e equitativo”. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/imprensa/posicionamento-cop29-acordo-financiamento-climatico

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. “A COP 30 no Brasil”. Disponível em: https://www.wwf.org.br/cop_30/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20COP%3F,(Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas

ZANIRATO, Silvia Helena. “Desafios para a conservação do patrimônio da humanidade diante das mudançasclimáticas. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008”. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/378.htm>

O corpo do texto deste livro foi composto com fontes das famílias
Overlock, BC Ludva, Futura e Aller licenciadas pela Adobe e Google Fonts

Edições IPHAN